

## TRABALHANDO COM ARTE, DESENVOLVENDO O PENSAR

Sandra Alves Souza (FAP)<sup>1</sup>  
Rosimeiri Darc Cardoso (FAP/FUNPESQ)<sup>2</sup>

### RESUMO

O ensino de Arte ganhou espaço nas escolas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, que lhe conferiu o caráter de disciplina e não apenas de conteúdo curricular, como vinha sendo praticado. Esta mudança apresentou algumas dificuldades de implantação, tendo em vista que muitas escolas não contavam com professores especializados para esta disciplina. Considerando esta questão, a presente pesquisa visa apresentar como tem sido realizado o trabalho com a disciplina de Arte no Ensino Fundamental na cidade de Apucarana. Para isso, foram entrevistados os professores que ministram este conteúdo e verificou-se que as escolas estão buscando adequar-se à nova realidade instituída com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que prevê a inclusão de Arte como disciplina curricular, com conteúdos e objetivos próprios; e não apenas como uma atividade curricular que deveria ser desenvolvida paralelamente às atividades significativas das escolas, como as datas comemorativas em que se enfeitam as salas e confeccionam lembrancinhas para pais e mães, ou até mesmo, os próprios alunos.

**Palavras-Chave:** Arte – Ensino - Formação

### ABSTRACT

The learning of Art gained space in the schools from the Law of Lines of direction and Bases of the National Education 9394/96, that the character of disciplines not only and of curricular content conferred it, as came being practiced. This change presented some difficulties of implantation, in view of that many schools did not count on professors specialized for this discipline. Considering this question, the present research aims at to present as he has been carried through the work with disciplines of Art in Basic Learning in the city of Apucarana. For this, the professors had been interviewed who give this content and verified themselves that the schools are searching to adjust it the new reality instituted with the Law of Lines of direction and Bases of the National Education nº 9394/96, that foresees the inclusion of Art as to discipline curricular, with proper contents and objectives; e not only as a curricular activity that would have parallel to be developed to the significant activities of the schools, as the commemorative dates where if they decorate the rooms and they confection small mementos for parents and mothers, or even though, the proper pupils.

**keywords:** Art - Learning - Formation

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 5º Semestre de Pedagogia da FAP, participante do Projeto de Pesquisa *Trabalhando com Arte, Desenvolvendo o pensar*.

<sup>2</sup> Professora da FAP, Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Trabalhando com Arte, desenvolvendo o pensar*, com o apoio da FUNPESQ.

## **Considerações preliminares**

Atualmente o ensino de artes na rede pública de ensino é obrigatório devido à promulgação da Lei n 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa disciplina passou por inúmeras transformações e preconceitos ao longo da história da educação brasileira. A arte chegou ao Brasil por meio de Anísio Teixeira, por volta dos anos de 1930, que divulgou a expressão de liberdade e criação, tornando-se uma disciplina de grande contribuição para a formação de professores.

O objetivo deste estudo é verificar como tem sido realizado o ensino de artes nas escolas, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, bem como a contextualização do ensino de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) visando à formação de acordo com os eixos norteadores do ensino de artes: a fruição, a reflexão e a produção artística.

Para isso, o trabalho teve início com uma pesquisa bibliográfica, constituindo-se como base teórica à realização da pesquisa com professores das escolas do município de Apucarana. Foi elaborado um roteiro para entrevista, que aconteceu no primeiro semestre de 2008, com visitas em 30 escolas do município.

## **Contexto Histórico do Ensino de Arte no Brasil**

A Arte começou a se manifestar em terras brasileiras no fim do século XIX por intermédio de Anísio Teixeira, que trouxe várias idéias para a educação brasileira. Entre elas, estava a Arte com base na expressão de liberdade e criação. As idéias sobre a Arte também foi difundida por Augusto Rodrigues, em 1940, que defendia que a Arte deveria estar presente no sistema educacional como um processo criador e não apenas como meta desse mesmo sistema. Anísio Teixeira incentivou o ensino de Arte para a formação de professores nas escolas e nas universidades, defendendo um curso específico de Arte para a formação acadêmica de professores.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 4.024/61, previa um ensino primário e médio, com a finalidade de desenvolver o raciocínio, atividades de expressão e integração no meio físico e social da criança,

que teria início com quatro séries anuais. Para ingressar no ensino médio era necessário fazer um exame, caso o aluno não fosse aprovado, teria o direito de estudar mais dois anos no primário. Desta forma, o primário passaria a ter seis anos de duração e, nesse período, a disciplina de Arte aparecia de forma discreta, somente como iniciação em artes aplicadas adequadas ao sexo e à idade do aluno.

No período de vigência desta Lei, a Universidade de Brasília contribuiu de forma relevante para o ensino de Arte, uma vez que muitos de seus especialistas faziam parte de um estudo para montar uma Escola de Educação através da Arte-Educação, refletindo a idéia da educação pela Arte.

O Conselho Federal e Estadual de Educação estabelecia disciplinas obrigatórias, mas as instituições de ensino poderiam escolher até duas disciplinas para compor o currículo, mais uma vez a disciplina de artes não era vista como obrigatória, mas complementar, ou seja, as escolas poderiam ou não aderir ao ensino de artes ao currículo.

A arte durante o contexto da história da educação não era valorizada como uma disciplina na educação básica, mas fora do âmbito escolar a arte se manifestava no meio social por meio da literatura, cinema, música, teatro e arquitetura.

Em 1971 foi proposto um projeto para mudar as leis da Educação, sendo aprovada em 30 dias a Lei 5692/71, em que a educação artística passava a ser uma atividade educativa deixando de ser uma atividade complementar. A partir dessa aprovação, os professores que lecionavam aulas de desenho, trabalhos manuais, canto e artes aplicadas, encontravam-se perdidos em relação à sua formação, pois todas estas atividades antes desenvolvidas eram transformadas em uma matéria de atividades artísticas.

Mesmo passando a fazer parte do currículo, a Educação Artística foi tratada de modo indefinido pela própria lei de educação, conforme expresso no Parecer nº 540/77: “não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências de interesses”.

Assim, o ensino de educação artística, sem um currículo definido, tornou-se para os professores uma matéria em que poderiam trabalhar com conteúdos de acordo com os seus conhecimentos e critérios, podendo prevalecer interesses políticos, sociais e culturais daquela época, o que acabou levando à repetição de técnicas e conteúdos abordados anteriormente.

Os alunos, por sua vez, passaram a reproduzir modelos artísticos impostos pelo professores, como pinturas, confecção de caixinhas, quadros e objetos, sendo, a maioria, oriunda de culturas estrangeiras, nada que representasse a própria cultura brasileira. Essa metodologia em nada contribuiu para o desenvolvimento artístico dos alunos, tornando-se uma educação tradicional, em que o professor é o detentor do conhecimento e o aluno é incapaz de produzir e criar sem o professor.

Com o intuito de melhorar a qualificação dos professores nesta área, o governo institucionalizou em 1973 o Curso de Licenciatura Curta em Educação Artística, com duração de dois anos, para os profissionais que queriam lecionar no ensino de 1º grau. Para dar aulas no 2º grau, era necessário cursar quatro anos de curso, que seria Licenciatura Plena em Educação Artística, mas como a maioria dos diretores ficaram preocupados em relação ao salário que deveria ser maior para aqueles que cursassem a licenciatura plena, resolveram contratar apenas os que tinham licenciatura curta.

Desse modo, os professores ainda continuavam com um conhecimento fragmentado, sem uma formação adequada para exercer com qualidade o ensino de Educação Artística. Ao ser proposta como atividade educativa, a educação artística teve um grande descompasso entre a teoria e a prática; tendo, de um lado, professores despreparados sem uma formação específica buscando conteúdos prontos e acabados, e, de outro, buscavam formar movimentos e organizações que apresentassem soluções para o ensino de educação artística.

Educação através da Arte é, na verdade, um movimento educativo cultural que busca a constituição de um ser humano completo, total, dentro dos moldes do pensamento idealista e democrático. Valorizando o ser humano, os aspectos intelectuais, morais e estéticos, procura despertar sua consciência individual, harmonizada ao grupo social ao qual pertence (FUSARI, apud CORREA, 2007).

No fim dos anos 70 foi implantada no Brasil a educação pela Arte, valorizando todos os aspectos que cabe ao ensino de artes como expressão artística, podendo ser desenvolvidas pelos alunos livremente. A Arte Educação buscava melhorias nas metodologias aplicadas ao ensino de Arte, reconhecendo a formação profissional nesta área, com o intuito de fazer todos conhecerem a importância da Arte no sistema educacional brasileiro.

Somente com a promulgação da LDB 9.394/96 é que o ensino de Arte se tornou obrigatório e foram elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para nortear e sistematizar o ensino de artes na educação básica.

A educação em Arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (PCN – Arte, 2000, p.19).

Após todo esse percurso para estabelecer a obrigatoriedade e as diretrizes para orientar todo o trabalho do professor para o ensino de Arte, ainda é possível encontrar grandes evidências de preconceito e desvalorização em relação ao ensino de Arte nas instituições de ensino. Tudo isso pode ser observado na própria formação dos professores, visto que ao lado de professores com formação específica para o trabalho com a disciplina de Arte, encontram-se profissionais que não apresentam domínio de conhecimento para realizar esta tarefa a contento.

Diante desse estudo, verifica-se que, mesmo com a obrigatoriedade do ensino de artes, isso acontece de forma descontextualizada sem a valorização como uma disciplina que forma e humaniza o educando em todas as suas manifestações artísticas, culturais e sociais. O ensino continua contando com professores sem formação específica, e quando a possui não conseguem interpretar e estabelecer uma relação entre a teoria e a prática. Dessa forma, torna-se impossível formar nos educandos um senso crítico e reflexivo sobre a cultura, a arte e a sociedade.

### **O Ensino de Arte nas Escolas de Apucarana**

Para realizar um comparativo entre a teoria e a prática, foram visitadas 30 escolas do município de Apucarana e entregues os questionários aos professores que ministram aulas de Arte. Os resultados levantados apontam para as seguintes conclusões:

- Existem professores com formação na área de artes, mas esses profissionais são os que têm menos tempo de magistério; além disso, a disciplina de Arte é ministrada também por profissionais de outras

áreas como Letras, Pedagogia, Ciências Biológicas, Moda e Magistério;

- As escolas têm promovido a orientação dos profissionais que trabalham com a disciplina, mesmo assim, alguns professores não participaram de nenhum programa de treinamento na área;
- O planejamento das atividades de artes acontecem apenas no início do ano, no período específico para isso, não sendo retomado posteriormente para adequação, de acordo com a necessidade e o gosto da turma;
- Os alunos recepcionam muito bem as atividades de artes, mesmo não se realizando qualquer atividade introdutória ou contextualização do trabalho;
- Os professores afirmam que reconhecem a importância do trabalho com a Arte, em especial no que se refere ao desenvolvimento do aluno em relação à percepção, à criticidade e ao desenvolvimento de outras habilidades, considerando para isso a coordenação motora, o equilíbrio, a reflexão;
- O trabalho com o tempo integral favorece o desenvolvimento das atividades com a Arte necessitando, porém, de que sejam trabalhadas outras formas de artes que não só o artesanato e o teatro.

### **Considerações Finais**

Considerando as respostas dos professores, bem como a fundamentação teórica realizada, verifica-se que as escolas estão buscando adequar-se à nova realidade instituída com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que prevê a inclusão de Arte como disciplina curricular, com conteúdos e objetivos próprios; e não apenas como uma atividade curricular que deveria ser desenvolvida paralelamente às atividades significativas das escolas, como as datas comemorativas em que se enfeitam as salas e confeccionam lembrancinhas para pais e mães, ou até mesmo, os próprios alunos.

Sabe-se que leva um tempo até que todas as coisas estejam acontecendo de fato, mas o importante é que já é possível perceber um movimento em direção à concretização deste objetivo. Além disso, um aspecto muito mais importante é perceber que os alunos recebem muito bem as atividades de artes o que revela que para eles é também muito importante encontrar na escola um espaço em que podem expor seus sentimentos e perceber o que está à sua volta.

Após estas reflexões, é possível pensar em elaborar um trabalho em que sejam montadas oficinas que atendem às expectativas desses alunos, o que será desenvolvido a partir do primeiro semestre de 2009.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CORREA, Cíntia C. M. ET AL. Atitudes e Valores no Ensino de Arte: Após a Lei nº 4024/61 até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, v. 9, n. 1, jan/jun. 2007.

FERREIRA, Sueli. **O ensino de Artes: construindo caminhos**. São Paulo: Papirus, 2004.